

HABEAS CORPUS Nº 525.434 - SP (2019/0230425-1)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : RAFAEL CARVALHO UZUN E OUTRO
ADVOGADOS : DEIVID DEMORI - SP217310
RAFAEL CARVALHO UZUN - SP350931
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : YURI SAULO MARTINS MORAIS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso ordinário, com pedido liminar, impetrado em favor de YURI SAULO MARTINS MORAIS, contra v. acórdão do eg. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**.

Depreende-se dos autos que a paciente foi presa em flagrante e, posteriormente, teve sua prisão convertida em preventiva pela prática, **em tese**, do delito previsto no art. 33, **caput**, da Lei n. 11.343/2006; e art. 16, **caput**, da Lei 10.826/2003.

Irresignada, a defesa impetrou **habeas corpus** perante o eg. Tribunal **a quo**, por meio do qual buscava a revogação do decreto prisional. O eg. Tribunal de origem denegou a ordem, em v. acórdão sem ementa.

Daí o presente **mandamus**, no qual o impetrante repisa os argumentos lançados no **writ** originário, reafirmando a existência de constrangimento ilegal, consubstanciado na ausência de fundamentação idônea a justificar a decretação de sua segregação cautelar, sustentando, ainda, que as condições pessoais do paciente seriam favoráveis.

Requer, ao final, a revogação da prisão preventiva ou, subsidiariamente, a substituição da prisão preventiva por medida cautelar diversa, prevista no art. 319 do Código de Processo Penal.

A liminar foi indeferida às fls. 62-64.

As informações foram prestadas às fls. 71-76.

Superior Tribunal de Justiça

O Ministério Público Federal, às fls. 86-87, manifestou-se pela prejudicialidade do do **habeas corpus**, ante a perda do objeto, em parecer assim ementado:

"HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E POSSE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA COMO GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. REVOGAÇÃO SUPERVENIENTE. PERDA DO OBJETO. PARECER NO SENTIDO DE QUE SEJA TIDO POR PREJUDICADO O HABEAS CORPUS" (fl. 86).

É o relatório.

Decido.

O pedido está prejudicado.

Segundo informações colhidas no sítio eletrônico do eg. Tribunal de origem (www.tjsp.jus.br), na Ação Penal 1501622-84.2019.8.26.0548/SP, verifica-se que foi revogada a prisão preventiva do paciente, com expedição de alvará de soltura, **em 30/09/2019**.

Nesse contexto, verifico que o presente **habeas corpus** perdeu o objeto, uma vez que já atingida a pretensão nele requerida.

Ante o exposto, **julgo prejudicado o habeas corpus**.

P. e I.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator